



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2011

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité, às dezoito horas e quarenta minutos, foi dado início à Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Ibirité. Compondo a Mesa Diretora, o Vice-Presidente, Geraldo Ferreira Lemes e a Primeira Secretária, Sarah da Conceição Ferreira. Após a oração e a verificação das presenças, o Vice-Presidente, Geraldo Ferreira Lemes, faz esclarecimentos sobre esta reunião, que tem como pauta Apreciação e Aprovação do Projeto Saúde na Escola (PSE) e Encerramento; e faz colocações sobre a necessidade de apresentar-se o Programa “Saúde em Casa”, por isto, a Observação na pauta; A Mesa Diretora do CMS e a Coordenação da Atenção Básica pedem abertura ou consentimento do Plenário desta Reunião para colocar em discussão a seguinte pauta: Programa “Saúde em Casa”. Sendo aprovado, haverá apresentação do tema pelo técnico competente; solicita que os presentes ouçam a apresentação do PSE e façam os questionamentos depois. A Conselheira Municipal, Ângela Maria, pergunta se a pauta “Saúde em Casa” estava na reunião passada. A Conselheira Municipal e Membro da Coordenação da Atenção Básica, Lucinéia Maria de Queiroz Carvalhais, esclarece que não esteve presente para a apresentação na reunião anterior, porque foi informada pela Secretária Executiva deste Conselho, que a reunião aconteceria dia 07/02 e, no dia da reunião, 01/02/2011, às dez horas da manhã, tomou conhecimento que seria naquele dia. Assim, não teria condições de preparar e fazer a apresentação. O Vice-Presidente, Geraldo Ferreira Lemes, coloca em votação proposta para que seja incluída, nesta reunião, a apresentação do Programa “Saúde em Casa” e o plenário aprova, com nove votos a favor. Passa-se a palavra para a Primeira Secretária, Sarah da Conceição Ferreira, que apresenta o Programa de Saúde na Escola, informando que as ações já acontecem isoladamente na Saúde e na Educação; que foi assinado um Termo de Adesão e criado um Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) e publicada uma Portaria Municipal. O visitante, Leonardo, fala que tem conhecimento sobre ações com estagiários. A Conselheira Municipal, Luana, pergunta qual é a verba deste Programa. As Conselheiras Lêda Magalhães de Freitas e Sarah da Conceição Ferreira esclarecem que a verba ainda não está definida. O visitante, William Vieira Amorim, acredita que as ações vão cair no PSF e pergunta se não seriam mais problemas para a Atenção Básica. A Conselheira Lêda Magalhães de Freitas esclarece que o Programa envolve várias especialidades, como SATI, CAPS-AD e monitoramento da Atenção Básica; que as ações já existem. O Conselheiro Municipal, Abdias Alves Batista, questiona se a Equipe de Saúde da Família seria específica para este Projeto ou se são as já existentes e que isto demandaria mais tempo da gerência do PSF para acompanhamento, pois é mais uma tarefa para a Coordenação que já está sobrecarregada. A Conselheira Municipal, Lucinéia Maria de Queiroz Carvalhais, informa que o acompanhamento é uma parceria da Secretaria de Saúde com a Secretaria de Educação; que a população já é alvo de ações da Saúde que fazem parte dos objetivos deste Programa; que são ações estratégicas; que para todos os Coordenadores, será mais uma tarefa, porém é uma perspectiva de um



resultado a mais, não é uma tarefa pesada, são indicadores que trarão ganhos. O Conselheiro Joaquim Faustino dos Reis questiona se não é possível aumentar a Equipe de Saúde da Família já que virá verba. A Conselheira Lucinéia Carvalhais esclarece que os recursos virão para melhorar as condições de trabalho, não para contratação de profissionais; o Ministério da Saúde já define o Plano de Trabalho, há uma lista com o que pode ser comprado com o dinheiro. O Conselheiro Joaquim Faustino dos Reis diz que no Canoas/Canaã tem duas Equipes, quando se precisa de três; pessoas voltam sem atendimento. A Conselheira Municipal Lêda Magalhães coloca que a idéia do usuário, em geral, está muito voltada para a consulta médica, mas a Equipe não é só isto. É necessário entender a Estratégia de Saúde da Família, sua linha de trabalho. A Conselheira Municipal e Primeira Secretária, Sarah da Conceição Ferreira, diz que o profissional de saúde não está sozinho, o Projeto é para integração da Educação e da Saúde e os professores serão capacitados. A Conselheira Municipal, Lucinéia Carvalhais, esclarece que os profissionais de saúde não vão substituir os professores; os temas transversais serão inseridos no conteúdo escolar. O Conselheiro Joaquim Faustino dos Reis pergunta se o Conselho vai votar num Projeto, que vem recursos, sem saber um valor estimado; que é necessário saber para onde vai o dinheiro. A Conselheira Municipal Lêda Magalhães de Freitas afirma que o Ministério da Saúde ainda não definiu qual será o valor desse recurso; que, por enquanto, é só o Projeto. O Vice-Presidente, Geraldo Ferreira Lemes, informa que este Projeto ainda voltará ao Conselho Municipal de Saúde, pois vai para a CIBMicro, Macro e Brasília. Ao que o Conselheiro Municipal Abdias Alves Batista pergunta se, voltando de Brasília, o Conselho Municipal de Saúde pode recusá-lo e a Conselheira Lêda Magalhães de Freitas afirma que sim. A Conselheira Marina de Fátima solicita que, quando tiver que aprovar um Projeto, os Conselheiros Municipais recebam-no antes, para conhecer e analisar. Gostaria de receber os documentos; estudar antes de assinar; acha que assim, pode aprender mais e tirar as dúvidas aqui. O Vice-Presidente, Geraldo Ferreira Lemes, informa que conversou com a Conselheira Maysa e que ficou acordado fazer-se uma cópia do Regimento Interno para os Conselheiros Municipais. Assim, em toda reunião, será lida uma parte, para conhecimento e esclarecimentos. A Conselheira Municipal Maria Margarida pergunta se vai ter um médico na Escola. A Conselheira Municipal Lêda Magalhães de Freitas responde que não. O Vice-Presidente, Geraldo Ferreira Lemes, diz que o encaminhamento será feito se necessário. Neste momento, o Projeto de Saúde na Escola é colocado em votação, pelo Vice-Presidente deste Conselho e é aprovado, por unanimidade, pelo plenário. O Vice-Presidente coloca em votação a proposta da apresentação do “Saúde em Casa”; Assuntos Gerais e Informes e o plenário aprova a apresentação do “Saúde em Casa” e Informes. A Conselheira Municipal e Membro da Coordenação da Atenção Básica, Lucinéia Carvalhais, passa à apresentação do “Saúde em Casa”, esclarecendo o que é o Programa, lançado pelo Governo de Minas em 2005 para melhorar a qualidade da assistência; que existe uma Planilha para prestação de contas; o recurso pode ser usado para qualificação de profissionais, para fazer obras, mas não para contratação de profissionais; discorre sobre os objetivos e



metas deste Programa, informando que houve grande adesão dos municípios ao PSF e ao “Saúde em Casa”; que há uma Resolução da Secretaria Estadual de Saúde que trata da prestação de contas; apresenta a fonte onde se pode acessar o “Saúde em Casa”, Portaria e Decreto; fala da necessidade da prestação de contas, inclusive ao Conselho Municipal de Saúde; que os municípios teriam que apresentar aos Conselhos até 31/01/2011, porém o prazo foi prorrogado até 11/02/2011; relata sobre os documentos a serem entregues e as responsabilidades dos municípios, pois no quinto dia útil de cada mês, as Gerências de Atenção Primária à Saúde (GEAPS) são informadas, pelas Gerências Regionais de Saúde (GRS), sobre os municípios que cumpriram ou não as metas. O Conselheiro Municipal Abdias Alves Batista faz os seguintes questionamentos: quem define como usar os recursos; que na última Conferência Municipal de Saúde saiu proposta para construção de Clínica Odontológica; se o sistema de odontologia não está na Saúde da Família; se isto não seria uma forma de aumentar os recursos para a Equipe de Saúde da Família; se a verba do “Saúde em Casa” não pode ser usada para ampliar e equipar o consultório odontológico e com quem discutir estes encaminhamentos. As Conselheiras Municipais Lêda Magalhães de Freitas e Lucinéia Maria Queiroz Carvalhais fazem os esclarecimentos: a utilização dos recursos é definida pelo município, gestor e corpo técnico, dentro do permitido pelas legislações da Secretaria de Estado da Saúde; é um recurso para a Atenção Básica, suporte para a Equipe de Saúde da Família; a odontologia ainda não está inserida na Equipe de Saúde da Família, mas já existe Projeto aprovado para que isto aconteça; a discussão quanto aos encaminhamentos deve ser feita no Conselho Municipal de Saúde; pode-se discutir nos Conselhos Locais de Saúde, mas trazer para o Conselho Municipal, lembrando que a Secretaria Municipal de Saúde tem que olhar o município como um todo. O Conselheiro Municipal Joaquim Faustino dos Reis coloca que na Unidade do Canoas/Canaã tem consultório odontológico, equipamento, mas não funciona. A Conselheira Municipal Lêda Magalhães de Freitas relata que a questão da odontologia vem sendo discutida; há necessidade de criar o cargo específico para a Saúde da Família na Câmara; o Conselho pode participar deste Projeto; que não pode haver Processo seletivo se não houver o cargo. A Conselheira Lucinéia Maria de Queiroz Carvalhais ainda esclarece que o Processo Seletivo é de acordo com a necessidade do município, pois existem várias etapas. Volta ao “Saúde em Casa”, informando que são cobrados do município a prestação de contas e o cumprimento de metas, sendo monitorados: citologia de colo uterino; consultas de pré-natal e puerpério; cobertura vacinal da tetravalente, terceira dose; cobertura do PSF. Ibirité não atingiu a meta do citológico, pois os enfermeiros suspenderam o atendimento; foram feitas estratégias, subiu o percentual, mas não se chegou à meta. A Conselheira Municipal Lêda Magalhães de Freitas coloca que o Ministério da Saúde e o Estado já acompanham e fiscalizam a aplicação dos recursos; Ibirité perdeu recursos pelo não cumprimento de dois indicadores, pré-natal e citológico; que a Secretaria de Saúde pensa no usuário, todas as ações e projetos tem seu foco no usuário. O Conselheiro Municipal Abdias Alves Batista afirma que o Conselho busca saber sobre a aplicação de recursos é para ter conhecimento;



que hoje temos um Sistema de Saúde que não anda bem, daí a preocupação com o Projeto. A Conselheira Lucinéia Maria Queiroz Carvalhais fala sobre os problemas encontrados na Atenção Básica, como agendas de médicos e enfermeiros, que já estão sendo ajustadas; o registro das consultas de pré-natal não estavam sendo feitos nos mapas, por isto, o número de atendimentos parecia menor; foi necessário cobrar dos profissionais as ações para correção. A Conselheira Ângela Maria pergunta como fechar meta se o PSF não tem médico. A Conselheira Lucinéia Maria de Queiroz Carvalhais diz que para dar assistência de qualidade, precisa-se do médico, mas o número de consultas médicas não está nos indicadores, nas metas; o pré-natal é intercalado entre enfermeiro e médico, próximo ao momento do parto fica com o obstetra e o médico do PSF. O Vice-Presidente Geraldo Ferreira Lemes dá as boas vindas e passa a palavra para a Sra. Izete Alves Assis, responsável pelo setor Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde, que apresenta a Planilha de Prestação de Contas do “Saúde em Casa”; a prestação de contas é feita por item; tudo gasto com o PSF; não pode ser gasto com urgência. Mostra a pasta com todos os comprovantes do “Saúde em Casa”; esclarece dúvidas e informa que as auditorias exigem todos os documentos originais. O Vice-presidente Geraldo Ferreira Lemes coloca que, como o Conselho Municipal de saúde tem Câmara Técnica de Financiamento, esta avaliará todo o conteúdo da pasta. Agradece à Izete Alves Assis e deixa em aberto para que outros programas venham prestar contas ao Conselho Municipal de Saúde. Assim, coloca em votação e são aprovadas, pelo Plenário, com duas abstenções, as Pasta e Planilhas do Programa “Saúde em Casa”. Em pauta, os Informes. A Conselheira Lêda Magalhães de Freitas informa a mudança do Secretário Municipal de Saúde; que a Dra. Nádia assumiu esta secretaria e pretende participar das reuniões; que o Dr. Hudson frequentou o Conselho Municipal de Saúde durante um ano, afastou-se, pois o Conselho Municipal de Saúde agredia muito a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité; sugere que recebamos a nova secretária com respeito. Informa que foi contratado médico para o PSF Morada da Serra. Ainda, que há uma verba de nove mil reais, que só se sabe serem para Saúde Mental; será feito Plano de Ação e apresentado ao Conselho Municipal de Saúde. Coloca que tem surgido falas que tudo que vem para ser aprovado é na última hora, mas todos os Projetos são para favorecer os usuários; quanto às mamografias, houve um período de mutirão para se construir série histórica e, no momento, está em estudo e os agendamentos parados; que tem-se buscado recursos para o Hospital Municipal, o Governo estadual mandou doze milhões de reais e ainda é necessário dinheiro para abrir amplamente o Hospital, o que não é fácil, pois hospital é muito caro; que até sexta-feira próxima é preciso entregar o Projeto com a previsão do que falta; que o deputado Toninho Pinheiro quer que esteja funcionando até junho/2011. Ainda, que o Hospital foi construído e está sendo equipado com recursos estaduais; o hospital é municipal; os leitos de UTI são macrorregionais, a regulação é estadual, custeados pelo município; o Hospital não será credenciado para alta complexidade. A Conselheira Narly Pacheco Ramos pergunta ao Plenário se ficou clara a questão do hospital: ele é municipal e microrregional. O Conselheiro Abdias Alves Batista informa que a



Unidade de Saúde Novo Horizonte continua prestes a fechar as portas por falta de profissionais: ACS, médicos, entre outros. Fala sobre a proposta de discussão sobre as demandas regionais, avaliação e propostas de trabalho, busca de soluções, que tinham sido propostas para esta reunião. Diz que foram censurados por que chamaram a Coordenação do PSF para discutir; que o Conselho Municipal tem dificuldade em aplicabilidade de certas medidas; existem reuniões que tem dificuldade de reunir os próprios Conselhos; se fizesse a Plenária, chegaria a um consenso; é preciso encaminhar demandas ao Gestor para buscar soluções; unificando ações, acha ser mais resolutivo. A Conselheira Lêda Magalhães de Freitas sugere que as discussões sejam nas localidades. O Vice-Presidente Geraldo Ferreira Lemes informa que o Presidente José Catulino entendeu errado quanto à questão da reunião do Novo Horizonte; que a Mesa Diretora e o Conselho jamais fariam esta moção; que os Conselhos Locais podem reunir quando quiserem com as coordenações; que a Conselheira Lêda sugeriu fazer-se uns apanhados sobre as reuniões; quanto à Plenária, hoje não foi possível; que, na próxima reunião ordinária, se discutirá a Plenária. A Conselheira Lêda Magalhães de Freitas propõe que se discutam as questões. O Conselheiro Abdias Alves Batista informa que reunirá com o Conselho Local e dará resposta. O Sr. Durvalino questiona mamografias e atendimento médico. A Conselheira Lêda Magalhães de Freitas informa que, conforme já relatou, o Governo Federal parou para análise das mamografias. O Sr. Francisco Gomes agradece a participação das pessoas do Sol Nascente; traz oficialmente as demandas; levarão para o Conselho da Comunidade a questão da formação do Conselho Local de Saúde. O Vice-Presidente Geraldo Ferreira Lemes vai convocar a Mesa Diretora para reunião na próxima segunda-feira, para trabalhar algumas demandas. A Conselheira Marina de Fátima solicita que, antes de votar o Projeto, mande para os Conselheiros. A Conselheira Lêda Magalhães de Freitas fala que existem as Comissão de Projetos, mas as Comissões não estão funcionando. O Vice-Presidente Geraldo Ferreira Lemes afirma a necessidade de se estudar o Regimento Interno deste Conselho. Alcançados os objetivos desta reunião, às vinte e uma horas, a mesma foi dada por encerrada e eu, Maysa Aparecida Antunes da Silva, Conselheira Municipal de Saúde, redigi a presente Ata, devendo, depois de aprovada, ser assinada por todos os presentes, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença.